

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº 020/2025 SMTE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10662/2025

Enquadramento legal: O procedimento a ser observado é o de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso II, da Lei n. 14.133/2021.

Objeto: Contratação de Show Artístico para realização do Evento Festa de Nossa Senhora da Guia – Centro de Mangaratiba, conforme Calendário Anual de Eventos do Município de Mangaratiba.

FAVORECIDOS:

	ARTISTA A SER CONTRATADO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE DE DIÁRIA	LOCAL A SE APRESENTAR	VALOR DIÁRIA	VALOR TOTAL
01	GRUPO SAMBAÊ	DIÁRIA	1 (05/09/2025)	CENTRO MANGARATIBA	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00
02	ALEXANDRE SANTANA	DIÁRIA	1 (06/09/2025)	CENTRO MANGARATIBA	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00
03	PEDRO FERREIRA	DIÁRIA	1 (07/09/2025)	CENTRO MANGARATIBA	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00
04	DJ BATATA	DIÁRIA	3 (05 A 07/09/2025)	CENTRO MANGARATIBA	R\$: 600,00	R\$: 1.800,00
						R\$: 9.300,00

Perfazendo um valor total de **R\$9.300,00** (nove mil e trezentos reais)

Prazo de execução: 05/09/2025 a 07/09/2025.

Dotação Orçamentária:
02.35.01.23.695.0016.2013.3.3.90.36.00

Justificativa:

As inexigibilidades de licitações estão arroladas no Art. 74, da Lei Federal Nº 14.133/21. São situações em que o legislador entendeu que é inviável a competição. Ressalta-se que, em se tratando de Administração Pública, a regra é sempre licitar, como toda regra tem sua exceção, o Estatuto de Licitações permite como ressalva à obrigação de licitar, a contratação direta através de processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, desde que preenchidos os requisitos previstos na lei, vejamos:

“Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

II- contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública...”

Dessa maneira, o procedimento a ser observado é o de inexigibilidade de licitação, com fundamento no Art. 74, inciso II da Lei n. 14.133/2021.

Tendo em vista os atos em que se verifique a inexigibilidade de licitações são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, este tipo de ato trata-se de ato discricionário, mas que devido a sua importância e necessidade extrema de idoneidade, foi submetido ao crivo de devida justificativa que atesta o referido ato ora praticado.

Mangaratiba, 25 de agosto de 2025.

Vitor Tenório Santos
Secretaria Municipal de
Turismo e Eventos
Código: 81990

VITOR TENÓRIO SANTOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E EVENTOS
Portaria nº: 2058/2025